

A doença do Brasil (LUIZ AUGUSTO CARNEIRO)

A QUESTÃO DO ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde), pagamento dos planos de saúde ao governo sobre os gastos que seus beneficiários geram quando fazem uso de hospitais da rede pública, é assunto sério e deve ser amplamente discutido com o cidadão comum.

Muitos são os pontos conflitantes. O primeiro deles diz respeito ao direito do cidadão, pagador de impostos, à saúde pública. Está lá, registrado na Constituição que esse é um "direito de todos e dever do Estado", que deve provê-la por meio do "acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Portanto, ao ter um plano de saúde, o cidadão não abre mão do seu direito de usar o sistema público de saúde. Ainda assim, as operadoras, desde 2000, vêm pagando o ressarcimento ao SUS, apesar de o questionarem na Justiça, pois o assunto ainda não foi definitivamente julgado pelo STF.

Diferentemente do que se imagina, as operadoras de saúde não lucram com o atendimento feito pelo SUS a seus beneficiários. O cálculo das mensalidades dos planos, hoje, não contempla o uso, pelos beneficiários, da rede pública. Logo, caso o Supremo aprove o ressarcimento, haverá, inevitavelmente, um aumento no valor dos planos. Ou seja, o beneficiário passará a pagar duas vezes pelo mesmo atendimento na rede do SUS: uma via tributos e outra via mensalidade de seu plano.

O governo, sim, ganha com o ressarcimento, pois cobra das operadoras valores 60% maiores, em média, aos que o SUS paga a seus prestadores. Há também quem defenda o ressarcimento ao alegar que existe a renúncia fiscal do governo, devido à dedutibilidade tributária dos gastos com saúde incorridos pelos indivíduos e pelas empresas. Porém, não cabe alegar renúncia daquilo que é essencialmente dedutível. As despesas com saúde dos indivíduos são dedutíveis de Imposto de Renda por serem essenciais e pelo fato de o Estado ser incapaz de lhes prover assistência à saúde de qualidade. Já as empresas, estas dependem essencialmente de seus recursos humanos para poderem funcionar e gerar riqueza.

O interesse pelos R\$ 651,9 milhões referentes ao período de 2000-2006, que está em cobrança (a ANS ainda calcula os valores devidos de 2007 em diante), tem a ver com a conjuntura econômica nacional, necessitando de maior austeridade nos gastos do governo. No entanto, se fosse pago tudo o que é cobrado pelo governo às operadoras, ainda assim o valor arrecadado representaria apenas 0,13% de todo o gasto público com saúde no mesmo período.

Além disso, o que é gasto para levantar os valores do ressarcimento certamente não compensa o que é recolhido. Contudo, o governo fala em ampliação do ressarcimento. Centenas de outros pontos devem ser discutidos, sempre com o conhecimento da população, pois a saúde é um direito de todos. Portanto, enquanto não eliminarmos "réus" e "culpados" em francas negociações, que visem, acima de tudo, o bem-estar da população, o país permanecerá doente.

LUIZ AUGUSTO CARNEIRO, professor doutor da USP, é superintendente-executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. Folha de São Paulo, abril de 2011.

Uns poucos oportunos e muitos oportunistas (MALU FONTES)

A culpa é do Congresso Nacional. É dos filmes violentos. É dos jogos de vídeo game que fazem crianças e adolescentes divertirem-se com a morte. É do computador. É da Internet. É da impunidade no Brasil. É da indústria bélica. É da omissão dos poderes públicos. É da corrupção. É da falta de segurança nas escolas. É da falta de valores. É da família que não dá limites. É do bullying. É da religião. É da falta de religião, é do ateísmo, do fundamentalismo, da fé, da falta de fé, da novela das nove, da sociedade de consumo e da Rede Globo. Todas essas explicações oportunistas foram durante esta semana, lidas, ouvidas em algum programa de televisão, algum veículo de imprensa, uma conversa social ou postadas em timelines de redes sociais e tinham o mesmo objeto: o massacre de Realengo, no Rio de Janeiro.

Auto-convencidas de sua certeza diagnóstica, as pessoas usaram as redes sociais durante a semana como um megafone do senso comum, onde atribuíam a (ir)responsabilidade desse tipo de evento até mesmo à imprensa, pois, se esta fosse censurada, argumentavam, os violentos não cometeriam crimes, pela certeza prévia de que seus atos não teriam repercussão. E eis o diagnóstico mais enviesado de todos, entre os ouvidos: "a Rede Globo realizou o sonho de Wellington, pois ele conseguiu o que queria: ficar famoso". Ah, tá. A Globo deve ter inventado o rapaz e ensaiado seu desatino no Projac. E o resto da imprensa, inclusive a internacional, foi atrás?

CARPIDEIRAS - Diante da tragédia de Realengo, inaugural nesta categoria no Brasil, o senso comum, os picaretas de plantão e até alguns especialistas pareciam munidos de megafones e dispostos a gritar para o mundo, sempre diante de uma câmera, seus diagnósticos apressados e absurdos sobre o que teria motivado o atirador Wellington Menezes a repetir no Brasil um tipo de crime até então inédito na história da violência brasileira. É verdade que, diante de um crime da escala do massacre de Realengo, torna-se mais complexo afirmar quais são os limites da cobertura sensata por parte da imprensa e sobretudo da televisão, cujas câmeras parecem padecer eternamente de uma atração arrebatadora e fatal por lágrimas em close. Se forem de mães e professoras de 12 crianças entre 12 e 14 anos, a tentação está posta e não há professora, Patrícia Poeta ou câmera triste que não se transforme na mais autêntica das carpideiras eletrônicas e leve um país de telespectadores junto.

Diretamente proporcional à hipocrisia rasteira que depois de um massacre dessa natureza emerge parecendo saber tudo sobre a sua etiologia, é a hipocrisia cega que, no cotidiano, fecha completamente os olhos, prática inclusive da própria televisão de suas câmeras que dizem a tudo ver, e recusa-se a tomar conhecimento dos trancos e barrancos que fazem parte da rotina de toda e qualquer pessoa que não tenha recursos financeiros e tenha algum problema de saúde mental. Embora, para alguns, seja quase uma tentação recorrer ao Código Internacional de Doenças e parar na seção dos transtornos mentais para dar um verniz médico e patológico ao ato de Wellington de Oliveira, cadê a preocupação social, para além e aquém das tragédias e do sensacionalismo que as cercam, para após seu acontecimento, com as pessoas que têm doenças mentais severas e não encontram tratamento nas redes públicas de apoio da área de Saúde, conforme garante a Reforma Psiquiátrica?

Tanto quanto dizer que a culpa é do ateísmo ou da religiosidade, é patético associar diretamente e de forma exclusiva o massacre a uma (ainda) suposta esquizofrenia do atirador. Os esquizofrênicos existem, mas não saem por aí invadindo escolas e cometendo assassinatos em massa. Vincular o ato criminoso exclusivamente à suposta esquizofrenia é estigmatizar ainda mais quem precisa mais de tratamento e menos de reforço do preconceito que leva ao medo público. Nunca é tarde para lembrar que, na história dos transtornos mentais no mundo, as pessoas com esses distúrbios sempre foram muito mais maltratadas do que causadoras de maus tratos. Casos como o de Wellington, seja no Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá ou em qualquer esquina do mundo, são exceções e não regra.

MATADOR - Antes de responsabilizar a Internet, os mulçumanos, o islamismo, o fundamentalismo religioso ou o ateísmo, é bom pensar que o crime arquitetado pelo atirador de Realengo trata-se de algo impossível de ser explicado pela racionalidade humana. Um garoto com um forte componente de transtorno psíquico (diga-se de passagem nunca notado por ninguém, ignorado na prática por todos que conviveram com ele duas décadas de vida) disposto, de forma doentia, a cometer um ato desta escala, o cometeria com ou sem revólver, numa escola ou numa feira, com bala ou com fogo, em 2011 ou 2017. O fato de a sociedade ficar atônita porque a violência, quando 'gratuita' e cometida contra a sacralidade da infância, precisa urgente de uma explicação para que a vida em sociedade continue fazendo algum sentido não é desculpa para oportunistas de plantão venderem diagnósticos medíocres e rasos de quem mal leu uma manchete de jornal e sai por aí explicando com quantos defeitos se produz um assassino em massa.

Nas mesmas edições noturnas em que os telejornais exibiam uma emocionante e concorrida missa de sétimo dia na escola do massacre, foi preso no Rio um vereador da cidade, André Ferreira, o Deco, apontado como chefe de uma milícia que assassinou pelo menos 30 pessoas nos últimos quatro anos e explora cinco bairros pobres. A pergunta é delicada e incômoda, mas aos oportunos e aos oportunistas, ei-la: quais os elementos que fazem de Wellington o monstro da capa vermelha da revista semanal e de Deco, igualmente matador e em nome não de um transtorno ou sofrimento psíquico solitário, mas por enriquecimento pessoal, ser objeto de aplauso de milhares de eleitores? A propósito, durante esta semana, houve, em Salvador, uma passeata organizada pelos próprios pacientes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Salvador, inconformados com a precariedade do atendimento, gerada pela crise na saúde municipal. A imprensa veiculou? Se um deles, ao invés de organizar um protesto público reivindicando tratamento, puxasse uma faca num ônibus, certamente seria manchete.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 17 de abril de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Realengo (CONTARDO CALLIGARIS)

1) EM MARÇO de 2009, em Wendlingen, Alemanha, um jovem de 17 anos entrou no colégio do qual ele tinha sido aluno e começou uma matança que terminou com seu suicídio e custou a vida a 15 pessoas.

Na época, notei que, para os suicidas-assassinos de massa, encarnar o anjo da morte é sempre uma demonstração pública. E perguntei: uma demonstração de quê? Pois é, num mundo dominado por máscaras e aparências, talvez os únicos eventos que se destaquem por serem indiscutivelmente reais sejam o nascimento e a morte. Nessa ótica, as meninas, para nos obrigar a levá-las a sério, podem engravidar e

dar à luz. Quanto aos meninos, o que lhes sobra para serem levados a sério é morrer ou matar. Por isso as meninas pensam no amor, e os meninos, na guerra; as meninas sonham em ser mestres da vida, os meninos sonham em ser mestres da morte.

Em suma, atrás da singularidade das razões de cada um, os suicidas-assassinos (todos homens) parecem agir na tentativa desesperada de se levarem a sério e de serem, enfim, levados a sério: "O mundo me despreza e me desprezará mais ainda, mas, diante de meu ato mortífero, não poderá negar que sou gente grande, um "macho de respeito".

Mais um detalhe. Cada vez mais, a preservação da vida parece ser nosso valor supremo. Todos estão dispostos a qualquer coisa para não morrer; não é estranho que, de repente, aos olhos de alguns, a verdadeira marca de superioridade pareça ser a facilidade em matar e se matar.

2) É possível que a vida escolar de Wellington, o assassino de Realengo, tenha sido um suplício. Mas a simples vingança pelo bullying sofrido não basta para explicar seu ato. Eis um modelo um pouco mais plausível (e infelizmente comum).

Durante sua adolescência, um jovem é zombado pelos colegas e, sobretudo, pelas meninas que despertam seu desejo. Para se proteger contra a recusa e a humilhação, o jovem se interdita o que ele deseja e que lhe está sendo negado: "As meninas que eu gosto riem de mim e de meu desejo por elas; para não me transformar numa piada, farei da necessidade virtude: entrarei eu mesmo em guerra contra meu desejo. Ou seja, transformarei a exclusão e a gozação num valor: não fui rechaçado, eu mesmo me contive - por exemplo, porque quero me manter ilibado, sem mancha".

Wellington, o assassino de Realengo, na sua carta de despedida, pede para não ser contaminado por mãos impuras. Difícil não pensar no medo de ele ser contaminado por suas próprias mãos, e no fato de que a morte das meninas preservaria sua pureza, libertando-o da tentação.

A matança, neste caso, é uma maneira de suprimir os objetos de desejo, cuja existência ameaça o ideal de pureza do jovem. Ora, é graças a esse ideal que ele transformou seu fracasso social e amoroso numa glória religiosa ou moral. Como se deu essa transformação?

Simples. Para transformar os fracassos amorosos em glória, o fanatismo religioso é o cúmplice perfeito. Funciona assim: você é isolado? Sente-se excluído da festa mundana? Pois bem, conosco você terá uma igreja (real ou espiritual, tanto faz) que lhe dará abrigo; ajudaremos você a esquecer o desejo de participar de festas das quais você foi e seria excluído, pois lhe mostraremos que esse não é seu desejo, mas apenas a pérfida tentação do mundo. Você acha que foi rechaçado? Nada disso; ao contrário, você resistiu à sedução diabólica. Você acha que seu desejo volta e insiste? Nada disso, é o demônio que continua trabalhando para sujar sua pureza.

Graças ao fanatismo, em vez de sofrer com a frustração de meus desejos, oponho-me a eles como se fossem tentações externas. As meninas me dão um certo frio na barriga? Nenhum problema, preciso apenas evitar sua sedução -quem sabe, silenciá-las. Fanático (e sempre perigoso) é aquele que, para reprimir suas dúvidas e seus próprios desejos impuros, sai caçando os impuros e os infiéis mundo afora.

Há uma lição na história de Realengo -e não é sobre prevenção psiquiátrica nem sobre segurança nas escolas. É uma lição sobre os riscos do aparente consolo que é oferecido pelo fanatismo moral ou religioso. Dito brutalmente, na carta sinistra de Wellington, eu leio isto: minha fé me autorizou a matar meninas (e a me matar) para evitar a frustrante infâmia de pensamentos e atos impuros.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, abril de 2011.

Crime e castigo (ALDO PEREIRA)

EM 12 DE OUTUBRO de 1929, na cidade texana de Corsicana, uma mulher que assistia ao desembarque dos animais do circo de Al G. Barnes morreu pisoteada pelo elefante Black Diamond, quando este escapou de seus tratadores para atacá-la. Quatro dias depois desse incidente, o dono do circo cedeu à exigência popular de "execução" do elefante. Uma dúzia de pressurosos cidadãos abateu Black Diamond a tiros.

Na Bíblia, o preceito de retaliação ("olho por olho, dente por dente") inclui, em Êxodo 21:28-29, especificação que pode ter afligido o sr. Barnes ainda mais: "Se um boi matar a chifradas um homem ou uma mulher, será apedrejado e não se lhe comerá a carne; o dono do boi, porém, será inocentado. Mas se o boi costumava chifrar já antes, e o dono, mesmo advertido, não o mantinha fechado, e se este boi matar algum homem ou alguma mulher, o boi será apedrejado e o dono também será morto." Black Diamond era reincidente: em escapada anterior, matara três pessoas.

Certos crimes sempre inspiraram linchamentos e outras exigências coletivas de punição vingativa, esta muitas vezes racionalizada: pena de morte e prisão perpétua previnem reincidência; infamar e atormentar o condenado provem escarmento, presunção de que o exemplo inibirá potenciais delinquentes.

O moderno direito penal, porém, tende a favorecer prevenção do crime e a reabilitação do criminoso. Continua válido, embora hipotético, o argumento de que punição exemplar inibe disposição criminosa em

gente propensa a delinquir. Mas impor sofrimento a delinquentes em nada satisfaz o interesse social; desconsiderada a vingança, interessa à sociedade apenas que os crimes não ocorram.

Na prevenção de reincidência pode não haver ainda alternativa plausível para, por exemplo, reclusão e concomitantes medidas disciplinares; para isolamento e vigilância no contato com visitas e advogados; para rastreamento por emprego de tornozeleira eletrônica. Mas, em tais casos, o decorrente sofrimento do réu é meramente incidental, não intencional.

Ponto controverso? Penalistas que se preparem para outros a caminho. Baseados no conhecimento atual da genética e da neurociência, filósofos naturalistas argumentam que a vida de cada pessoa é jogo necessariamente disputado com a mão de cartas recebidas do destino: o legado genético, social e financeiro dos pais, afeto e exemplos recebidos deles, os acertos e erros cometidos em nossa formação. E, afóra a decisiva influência parental, todas as oportunidades fortuitas, ao longo da existência, de amizades e inimizades, de amores e desamores, de sanidade e doença, de lucros e perdas.

Os naturalistas não propõem daí que sejamos todos inimputáveis. Ainda assim, sustentam que o livre arbítrio, fundamento da responsabilidade ética e penal postulado há séculos por Epicuro (341-270 a.C.), por Lucrecio (circa 96-circa 55 a.C.) e por são Tomás de Aquino (1224-1274), é uma ilusão. Qual o seu veredito?

ALDO PEREIRA é ex-editorialista e colaborador especial da **Folha**. E-mail: aldopereira.argumento@uol.com.br – Folha de São Paulo, abril de 2011.

"Brasileirinhos" (PASQUALE CIPRO NETO)

A PRESIDENTE/A DILMA ROUSSEF comoveu muita gente quando pediu um minuto de silêncio em homenagem aos "brasileirinhos que foram tão cedo retirados da vida". Atrevo-me a dizer que a forma diminutiva empregada pela presidente/a acentuou o forte caráter emocional do seu pronunciamento a respeito do brutal destino daquelas 12 crianças. Digo mesmo que a mensagem certamente não teria a mesma força se Dilma tivesse empregado outra palavra ("crianças", por exemplo).

Na escola, quando se estuda o diminutivo, lamentavelmente ainda é comum o predomínio da ênfase sobre a ideia de tamanho, como se esse fosse o único ou o principal valor dessa flexão. Aí vêm as inevitáveis (e chatíssimas) listas, que as atônitas crianças são obrigadas a decorar. Depois, inexorável, uma prova, braba, bem braba, seca, bem seca, em que se pede o diminutivo de "feixe", "nó", "corpo", "homem" etc.

Quando a molecada "descobre" que o diminutivo (erudito) de "feixe" é "fascículo", que o de "nó" é "nódulo" e que o de "homem" é "homúnculo" ("homúnculo!!!"), a perplexidade se acentua, sobretudo porque nem sempre se explica de onde vêm essas formas nem se diz em que situações ocorre seu uso.

Em vez de listas e listas, não seria melhor deixar que os textos da nossa literatura trouxessem as formas diminutivas e, com elas, a conversa sobre os seus diversos valores?

Posto isso, proponho ao leitor a observação dos valores do diminutivo em dois poemas do grande Manuel Bandeira. O primeiro deles é o tocante "O Menino Doente":

"O menino dorme.
Para que o menino
Durma sossegado,
Sentada ao seu lado
A mãezinha canta:
- "Dodói, vai-te embora!
"Deixa o meu filhinho,
"Dorme . . . dorme . . . meu . . ."
Morta de fadiga,

Ela adormeceu.
Então, no ombro dela,
Um vulto de santa,
Na mesma cantiga,
Na mesma voz dela,
Se debruça e canta:
- "Dorme, meu amor.
"Dorme, meu benzinho . . ."
E o menino dorme".

Compare, caro leitor, o valor do diminutivo em "mãezinha" com o que há em "filhinho" e "benzinho". Comparou? Então vamos ao segundo poema de Bandeira, o antológico "Porquinho-da-Índia": "Quando eu tinha seis anos / Ganhei um porquinho-da-índia. / Que dor de coração me dava / Porque o bichinho só queria estar debaixo do fogão! / Levava ele pra sala / Pra os lugares mais bonitos mais limpinhos / Ele não gostava: / Queria era estar debaixo do fogão. / Não fazia caso nenhum das minhas ternurinhas . . . / - O meu porquinho-da-índia foi minha primeira namorada".

Em "bichinhos", o diminutivo expressa um misto de afeto e ideia de tamanho, mas em "limpinhos" e sobretudo em "ternurinhas"... Parece-me um tanto redundante falar da imensa delicadeza e do infinito afeto que transbordam dessas formas. Pois essa mesma delicadeza e esse mesmo afeto transbordam também da forma empregada pela presidente/a em seu pronunciamento. Afeto e delicadeza que talvez alguns daqueles brasileiroinhos tenham experimentado no seio das suas famílias, na escola, na formação do imaginário, na fruição de certas leituras, na entrada da poesia nas suas almas. A poesia (sob todos os aspectos da palavra) é tudo nesta vida, caro leitor. É isso. inculta@uol.com.br – Folha de São Paulo, abril de 2011.

A primavera também é das mulheres árabes (SORAYA SMAILI e MARCIA CAMARGOS)

RECENTEMENTE, celebramos os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, e o planeta assiste ao levante popular que tem sacudido o Oriente Médio. Mas pouco se falou da participação da mulher.

O mundo árabe passou por inúmeras mudanças no último século, desencadeadas segundo padrões civilizatórios do Ocidente, que fez sua partilha e colonização e contribuiu para a implantação de ditaduras e para o controle da região e do petróleo. Esses regimes "aliados" promoveram opressão e pobreza.

Sofrendo as consequências da política repressora, a mulher árabe passou a ser vista por meio das lentes de profundos estereótipos. Como parte do pensamento orientalista, foi representada como um ser inferior, exótico e submisso. Portanto, há mitos a serem desfeitos.

O primeiro deles é o de acreditar que todas as mulheres árabes são muçulmanas reprimidas, obrigadas a usar o niqab, o chador ou a burca. Trata-se de uma visão equivocada. Nem todas as árabes professam o islamismo, e mesmo dentre estas a burca não é de uso corrente, muito menos compulsório.

É, na verdade, uma vestimenta típica de lugares específicos e não remonta ao islã. Diversificado, o mundo árabe guarda características próprias conforme a região. Por isso, há mulheres no Líbano, na Síria e na Jordânia que usam o véu e muitas outras que não o fazem.

Outro mito recorrente é o de que a mulher árabe não tem voz, não luta por seus direitos e terá sempre que se recolher ao cárcere do lar. Os fatos recentes mostram que o levante árabe de 2011 espelha um movimento pelo fim da opressão, por dignidade e direitos humanos.

Como tal, inclui as mulheres. No Egito e na Tunísia, elas se engajaram na luta pela democracia, formaram comitês populares, convocaram passeatas, entraram diretamente nos confrontos. As TVs exibiram imagens marcantes de mulheres de todos os tipos clamando pelo fim das ditaduras. E o movimento continua.

No entanto, o mais absurdo de todos os clichês é o de que a mulher árabe não tem direitos sexuais ou de locomoção. Precisamos separar religião de tradições tribais antigas, anteriores ao islã.

Práticas arcaicas como a mutilação genital são combatidas por organizações femininas nesses países e foram condenadas pelo islã. As árabes lutam pelo direito de ir e vir e por postos de trabalhos dignos, como as mulheres do mundo todo.

Aliás, a cultura árabe milenar preconiza o direito sagrado de expressão das mulheres. Isso não quer dizer que a opressão não ocorra. Contudo, não podemos continuar cristalizando uma visão distorcida. As mulheres árabes desempenham papel fundamental na organização social e encontram-se no epicentro das transformações. Assim como os homens, elas estão sedentas por liberdade e irmanadas com os movimentos internacionais na luta por direitos universais. O momento é de mudanças, e estas também pertencem às mulheres árabes.

SORAYA SMAILI é professora livre-docente da Escola Paulista de Medicina e diretora cultural do Instituto da Cultura Árabe. **MARCIA CAMARGOS** é jornalista com pós-doutorado em história pela USP e autora de "O Irã sob o Chador". Folha de São Paulo, abril de 2011.

Nós, os pterodátiles (LUIZ FELIPE PONDÉ)

UM DIA a espécie humana desaparecerá pelo menos tal como a conhecemos. Não, não me converti ao bloco dos maníacos de 2012 ou ao fanatismo verde.

Falo de "ciência". Falo da peça "Pterodátiles", em cartaz no Teatro Faap, com Marco Nanini e maravilhoso elenco. Trata-se de um texto que finca suas bases numa interpretação poética trágica da teoria evolucionista. Você sabe, caro leitor, que o mundo está dividido entre aqueles ingênuos que acham que mãe é sinônimo de amor e aqueles realistas que sabem que existem mães que não deveriam ser mães. Sim, existem mães predadoras de filhos.

Não existe tal coisa como instinto amoroso materno universal. Algumas mães vivem a maternidade como destruição sistemática de seus filhos. E quase sempre essa anulação afetiva dos filhos vem travestida de "amor". Mas qual seria a relação entre isso e o darwinismo? Calma, tome mais um gole de café. Coma um pãozinho quentinho. Mas não se esqueça da silhueta e que se você engordar uns quilinhos, você vai perder valor no mercado dos afetos...

O antropólogo americano Ernest Becker, escrevendo uma obra na fronteira entre darwinismo e psicanálise nos anos 60 e 70, já havia apontado para um fato importante com relação à espécie humana: somos a única espécie que além de enfrentar um meio ambiente externo, tem que enfrentar um meio ambiente interno. Mente, psiquismo, cérebro, alma, tanto faz como você chame, vivemos em dois mundos, um material, físico, externo, e um outro, composto de experiências internas tais como afeto, ideias, reflexões, medos, esperanças. Este é o meio ambiente interno.

Ao longo de nossa trajetória evolucionária de milhares e milhares de anos (é sempre bom lembrar esse pequeno detalhe para essa moçada que acha que a vida começou com a Revolução Francesa ou com Marx e Foucault ou com o "Capital"), nós nos adaptamos a um equilíbrio sofisticado de pesos e contrapesos

afetivos, dependentes de como somos tratados e de como tratamos os outros além, claro, da constante agressão do meio ambiente, este mesmo que os fanáticos verdes acham que é feito de substância angelical.

Um modo comum de se referir a este mundo interno é "emotional bonds" (laços emocionais ou afetivos). Claro que uma relação sofisticada e sutil entre pensamentos e afetos também faz parte deste "mundo". Daí decorre o modo de como reagimos ao meio ambiente social e psicológico.

Dizem os darwinistas, mesmo a vida moral (isso que hoje está na moda chamar de "valores", apesar de que todo mundo mente sobre esses tais "valores") é fruto desses "emotional bonds".

Penso como o dramaturgo romeno Ionesco: é a condição humana que determina a condição social e não o contrário. Acho que a teoria evolucionista captura melhor essa condição humana do que o blábláblá das ciências sociais. Voltemos à peça. Pterodátilo era um tipo de pássaro pré-histórico. Um tipo de dinossauro com asas. Durou muito tempo. De repente sumiu. Por quê? Ninguém sabe.

Na peça a analogia entre a família protagonista e essas aves extintas é a chave da interpretação poética trágica da evolução humana. Um dia também podemos sumir sem "causas aparentes". Como deixar uma "prova fóssil" do fracasso afetivo da espécie? O fracasso afetivo é invisível, mas palpável como a dor.

A mãe da família (interpretada maravilhosamente por Mariana Lima) é a chave do processo de "extinção" da família-humanidade. Uma mãe predadora dos filhos. Tema datado? Nem tanto. O horror é sempre um clássico, mesmo para os cínicos.

Egoísta, desequilibrada, fútil (esquece o nome da filha o tempo todo), pedófila, infiel, incestuosa com o filho gay (aliás, a temática homossexual surge no enredo de modo dramático, estranho para uma época como a nossa na qual está "proibido pensar" no homossexualismo para além de "é lindo"), promíscua, enfim, um fracasso afetivo que reproduz seu fracasso em "escala evolucionária".

O destino de nossa espécie pode não ser apenas função da devastação de florestas, mas também da devastação do afeto que fica invisível no cotidiano.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, abril de 2011

SEXO & SAÚDE

Faça a sua parte na luta contra os preconceitos (JAIRO BOUER)

NAS DUAS ÚLTIMAS semanas, uma série de incidentes e declarações ofensivas chocou boa parte da população. Afinal, como lidar com o racismo, a homofobia e todo o espectro de preconceitos e violências que parecem estar ganhando espaço em nossa sociedade?

Primeiro, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) fez declarações racistas à cantora Preta Gil no "CQC". Depois, procurando se corrigir, se mostrou abertamente homofóbico. Em seguida, seus filhos, um vereador e um deputado jovens, apoiaram os conceitos distorcidos do pai.

No meio do caminho, pesquisas apontaram um aumento da violência contra homossexuais em todo o Brasil. Em Goiás, uma garota de 16 anos foi assassinada pelo irmão de 16 da sua namorada. A polícia suspeita de homofobia.

Em Ribeirão Preto (SP), uma aluna de enfermagem sofreu agressões de colegas com quem tinha problemas de relacionamento (ela afirma que vinha sendo vítima de bullying). Alunos de medicina da mesma faculdade foram condenados em 2010 por surrar um homem negro no centro da cidade.

O que você sente quando lê tudo isso? Raiva, inconformismo, incredulidade? Pois é! Parece que, quando a gente imagina que tudo caminha para uma sociedade mais justa e melhor, alguns setores conservadores e reacionários se manifestam e mostram seus dentes!

Mas o que fazer? Em primeiro lugar, que os culpados sejam punidos por seus crimes de racismo, discriminação e intolerância. Depois, que se agilizem as leis que garantam a liberdade e os direitos individuais. Mais: que o Congresso avalie as ações e responsabilidades dos seus membros no campo dos direitos humanos.

E, nas próximas eleições, que a população não coloque no poder quem não exerce seu mandato de forma justa e sem preconceitos. Faça a sua parte! Todos temos responsabilidade!

jbouer@uol.com.br - Folha de São Paulo, abril de 2011

Timidez não é defeito (ROSELY SAYÃO)

TODA CRIANÇA tem o direito de ficar sozinha e quieta. Toda criança tem o direito de não ser extrovertida, de gostar de brincar com poucos colegas e de não responder a todas as perguntas que os adultos lhe fazem, inclusive - e principalmente- pais e professores.

A criança tem o direito de ser tímida! Mas, pelo jeito, estamos roubando esse direito dela. Já faz um tempo que "participar" das aulas na escola, mesmo que seja falando qualquer bobagem, tem sido uma atitude exaltada e incentivada pela maioria dos educadores.

Receber muitos telefonemas, convites para festas, para brincar na casa de colegas da escola ou mesmo para viajar no final de semana tem sido tratado como índice de boa socialização.

Os pais, em geral, se preocupam quando os filhos, mesmo os menores de seis anos, não são "populares" entre seus pares. Mas o problema é que, agora, estamos exagerando. Não basta considerar a timidez um defeito: queremos transformar essa característica em patologia, tratar.

Isso já é demais. A mãe de um menino de dez anos me escreveu contando que a escola que seu filho frequenta promoveu uma palestra para os pais com o título "Como tratar as crianças tímidas". Ela foi, ouviu tudo e voltou preocupada.

Agora, essa mãe acredita que precisa levar o filho para um tratamento psicológico porque, segundo aquilo que ouviu na escola, ou pelo menos o que interpretou do que lá foi dito, o futuro do filho não será lá muito promissor caso ele não consiga superar a timidez que hoje apresenta. No mundo da diversidade, não suportamos as diferenças, é isso?

Queremos que nossos filhos tenham todos os brinquedos que os colegas têm.

Queremos que viajem para os mesmos lugares que seus pares contam ter visitado, que usem as roupas e os calçados das mesmas marcas que a maioria dos colegas e que se comportem de modo semelhante ao da maioria. Acreditamos que crianças padronizadas e uniformes formam um grupo, e que os diferentes são excluídos dele. Isso é uma grande violência que nós praticamos contra os mais novos.

Afinal, será que desconhecemos que o mundo tem lugar para todo tipo de pessoa? Será que ninguém conhece adultos bem-sucedidos em sua profissão e que são extremamente tímidos na vida social? Conheço pessoalmente vários casos assim e, por leitura de biografias, muitos outros. Escritores, cientistas com renome internacional, artistas, professores etc.

E adultos muito extrovertidos, com uma vida social intensa e uma rede de conhecidos enorme, mas que apesar disso são infelizes e não realizados na vida: será que ninguém conhece?

Temos tratado as crianças de uma maneira muito pouco respeitosa. Não suportamos que elas sejam muito ativas, rebeldes, que fiquem tristes, que reclamem, que desobedeçam, que queiram ficar quietas, que não parem, que sejam tímidas.

Ora, queremos formar uma massa de crianças medianas ou medíocres?

Vamos deixar as crianças tímidas em paz. Elas podem mudar na adolescência. Aliás, as muito extrovertidas também podem se transformar em tímidas nessa mesma época da vida. Timidez não é defeito, tampouco doença. É apenas uma característica e, se a criança tiver oportunidades de ser aceita e reconhecida da maneira como ela é no momento e aprender a não permitir que esse seu traço impeça a sua vida de acontecer, ela crescerá de acordo com seu potencial e conseguirá, sim, encontrar meios de viver de acordo com esse seu jeito de ser.

Se, ao contrário, insistirmos para que ela altere essa sua característica, aí sim, nós poderemos atrapalhar o seu desenvolvimento e prejudicar o seu autoconhecimento, o que é fundamental para qualquer pessoa viver melhor.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolha) - Folha de São Paulo, abril de 2011

"School shooting in Realengo" (DANIEL MACK e MELINA RISSO)

TENDO IMPORTADO O MODELO do "school shooting" com o massacre em Realengo, o Brasil parece replicar outro aspecto desse tipo de tragédia. Com registros na Finlândia, no Iêmen, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Argentina, no Canadá, na Escócia e na China, esse fenômeno já vitimou cerca de 300 pessoas desde 1996. Nesses casos, sempre há mais fascinação pelo "por quê?" do que pelo "como?".

Falar em "sociedade enferma", em "bullying" e em "esquizofrenia" não explica a história toda. Wellington é o grande culpado e o único que poderia revelar o "por quê?". Mas falharemos se não analisarmos e reagirmos contra aspectos do "como" que podem evitar outras tragédias. O que permitiu que Wellington lograsse tamanha letalidade? Como alguém sem histórico criminal nem envolvimento com drogas conseguiu as armas de fogo e o recarregador?

Se hoje choramos, como fez comovida a presidente Dilma, amanhã devemos pressionar as autoridades públicas para melhorar o controle sobre as armas produzidas e em circulação no Brasil. A maioria das armas de fogo usadas em homicídios no país -e a tragédia de Realengo é uma parte do problema que vitima anualmente mais de 30 mil pessoas- é brasileira! O revólver calibre 38 (como um dos que o atirador tinha), fabricado e vendido legalmente, é o vetor da epidemia de violência armada.

Segundo a CPI do Tráfico de Armas, 76% das armas usadas em crimes na cidade do Rio de Janeiro ao longo de dez anos eram nacionais.

A segunda arma usada pelo atirador, calibre 32, tinha proprietário legal e foi roubada; aqui, o mercado legal abastece o ilegal. Nos EUA, na maioria das tragédias escolares, as armas foram compradas legalmente, dada a permissividade do país no tema. No Brasil, comprar arma legalmente ficou mais difícil

com o Estatuto do Desarmamento, mas outras medidas previstas no estatuto ainda não saíram do papel.

É preciso melhorar a qualidade das informações sobre armas em circulação e fiscalizar com mais rigor grupos e locais vulneráveis a desvios: colecionadores, atiradores, caçadores e empresas de segurança privada, além dos estoques em fóruns, corporações policiais ou batalhões das Forças Armadas. É essencial também reduzir o número de armas no país, estimado em mais de 16 milhões. A campanha de desarmamento voluntário deve voltar, assim como ações policiais de apreensão de armas ilegais.

No Congresso Nacional, muitos se manifestaram pelo fortalecimento do controle de armas. Legislar a partir de tragédias nunca será uma boa solução para a segurança pública, mas, em momentos em que a legislação pode ser decisiva, o Congresso não deve se calar. Portanto, os parlamentares preocupados com a segurança dos brasileiros devem ser os maiores defensores do Estatuto do Desarmamento, impedindo que a "bancada da bala", cujas campanhas são financiadas pela indústria de armas, desvirtue o estatuto, tentando conceder porte para várias categorias e flexibilizar requisitos para comprar armas. Nossa comoção deve ser o combustível para ações concretas nas esferas administrativas, políticas e legislativas.

Não à toa, na Alemanha, na Escócia e no Canadá medidas mais rígidas de controle de armas foram tomadas após ataques em escolas. Não devemos eximir nenhum dos partícipes ocultos da tragédia - nem permitir que nossa apatia prevaleça. É hora de agirmos para reverter o quadro de homicídios que entristece o país.

DANIEL MACK é coordenador da área de controle de armas do Instituto Sou da Paz. **MELINA RISSO** é diretora do Instituto Sou da Paz. Folha de São Paulo, abril de 2011

O país deve promover um plebiscito sobre a proibição da venda de armas de fogo? SIM

Adeus às armas (RENAN CALHEIROS)

O BRASIL ENFRENTA o drama recorrente da insegurança pública. Nos últimos anos, assistimos a sequestros-relâmpago, chacinas, explosão de homicídios, extermínios, assassinato de inocentes, assaltos cinematográficos e outras barbáries.

Todos se lembram do ônibus 174, no Rio de Janeiro, e de seu trágico desfecho. Quem consegue se esquecer da jovem alagoana Eloá Pimentel, assassinada em São Paulo de maneira covarde pelo namorado? Quem pode apagar da memória o serial killer que invadiu o cinema no shopping Morumbi, matou quatro pessoas e feriu outras três? Casos que provocaram grande comoção e aos quais se soma, agora, a monstruosidade de um facínora em Realengo, no Rio. Uma tragédia sem precedentes, causada por um psicopata que ceifou a vida de 12 crianças e arruinou muitas famílias. Nunca estaremos imunes às ações dos fanáticos e desequilibrados, mas temos todas as condições de dificultar o acesso deles aos meios que potencializam a tragédia. Por trás desses casos está um só problema: a banalização e o fácil acesso à arma de fogo no país. Propus no Congresso a proibição da venda de armas e munições.

Evoluímos para um referendo que, por 64% a 36%, optou pela continuidade da venda de armas. Uma campanha marcada pela desinformação e por distorções, em que o direito à propriedade, à liberdade individual, foi confundido voluntariamente com o acesso às armas. A partir do referendo houve uma lamentável mudança de comportamento. O número de armas comercializadas dobrou, de perto de 65 mil para 120 mil unidades ao ano. A última radiografia feita pelo Ministério da Justiça registrou a existência de 16 milhões de armas, sendo que 87% delas estão nas mãos da sociedade. Metade das armas está na ilegalidade.

As campanhas de devolução, indenizações e a própria fiscalização, infelizmente, se mostraram insuficientes. É preciso, portanto, propostas mais arrojadas, que tiveram êxito em países que adotaram leis de desarmamento. Por isso, o colégio de líderes do Senado aprovou a votação em urgência-urgentíssima de um plebiscito para autorizar o Congresso a proibir a venda de armas e munições no Brasil.

Fui autor do primeiro referendo brasileiro e, conseqüentemente, respeito as consultas à sociedade, mas isso não as transforma em cláusulas pétreas, imutáveis e sagradas. A sociedade muda, e as leis, que sofrem a erosão do tempo, devem acompanhar as mudanças. Proibir a venda de armas é combater o mal maior, mas é só o primeiro passo. Em seguida, é preciso enfrentar o problema da insegurança e mudar o modelo para combater a criminalidade ascendente. Não é possível mais acumular as reações indignadas a cada tragédia nacional. Precisamos de definições claras de competências e, principalmente, da indicação das fontes de financiamento da segurança. Propus a criação de uma vinculação orçamentária, ainda que temporária, para a segurança pública. Dessa forma, perto de R\$ 1 bilhão/ano seria investido em segurança. Os recursos viriam de 10% das receitas da União, 7% dos Estados e 5% dos municípios. Recursos para investimentos em inteligência, modernização dos equipamentos e treinamentos das polícias; tais recursos, claro, seriam impossíveis de serem contingenciados.

As estatísticas são assustadoras. Nos últimos 20 anos, o número de assassinatos cresceu aterrorizantes 273%. Não temos 11% da população mundial, mas respondemos por 11% dos crimes do planeta, segundo a ONU. Triste estatística, para não dizer vergonhosa. Não dá mais para acumular a indignação, acomodar tanta dor. A falência desse modelo exige soluções que não podem ser adiadas.

RENAN CALHEIROS é senador pelo PMDB-AL. Foi presidente do Senado, deputado federal pelo PMDB-AL (1983-91), líder do governo na Câmara (governo Collor) e ministro da Justiça (governo FHC). Folha de São Paulo, abril de 2011

O país deve promover um plebiscito sobre a proibição da venda de armas de fogo? NÃO

Consulta não será remédio para a violência (LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO)

O MASSACRE COVARDE de crianças indefesas dentro da escola pública Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, mereceu o repúdio de todos os brasileiros e abriu um importante debate sobre a necessidade de a sociedade buscar respostas que possam aplacar esta dor, motivada por uma brutalidade tão desmedida.

O debate sobre o desarmamento é importante e a nova campanha para desarmar o povo brasileiro, proposta pelo ministro da Justiça, deve ter um impacto positivo na população, principalmente porque não se resume a uma edição episódica, mas ganhará caráter permanente, contando desde já com nosso apoio. Nesse esforço, talvez consigamos retirar de circulação milhares -talvez milhões- de armas de fogo que servem apenas para municiar os criminosos.

De acordo com o que se apurou até o momento, uma das armas utilizadas pelo assassino das crianças no Rio de Janeiro estava entre as roubadas de civis, a demonstrar que o país ainda carece de medidas adicionais às previstas no Estatuto do Desarmamento para controlar de forma mais eficaz o registro e o porte de armas de fogo. Atualmente, o Brasil tem em circulação 16 milhões de armas, sendo que 14,5 milhões estão nas mãos de civis.

Historicamente, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo sempre trabalhou pelo desarmamento da população, promovendo inúmeras campanhas nesse sentido, por acreditar na sua efetividade e na construção de futuro de paz para o povo brasileiro. A primeira de uma série de campanhas ocorreu no ano de 1996, e buscava conscientizar e educar a população sobre os riscos de se possuir armas dentro de casa.

Em 2005, o povo brasileiro foi ouvido sobre o comércio de armas de fogo por meio da maior consulta popular de sua história, da qual participaram quase 100 milhões de cidadãos, que majoritariamente decidiram pela manutenção da venda de armas de fogo. O resultado foi surpreendente, uma vez que as pesquisas de opinião davam ampla vitória à proibição do comércio de armas e munição.

Agora, sob o impacto da brutalidade do massacre dos estudantes no Rio de Janeiro, propõe-se um novo plebiscito, formulando a mesma pergunta ao povo brasileiro em um espaço de tempo de apenas seis anos, o que não se justifica.

Entendo, também, que uma nova consulta popular não será o remédio tão esperado para combater os males decorrentes da violência, que cresce, toma novas formas e, muitas vezes, nos deixa perplexos diante de um ato de barbárie que até então desconhecíamos, perpetrado pelo fácil acesso a uma arma de fogo, ceifando vidas inocentes.

Além disso, os recursos para uma nova consulta - a anterior custou R\$ 250 milhões- poderiam ser aplicados em outras áreas mais prioritárias para o país, como a própria segurança pública, no setor de inteligência e de prevenção ao crime, para equipar melhor as polícias federal e estaduais e combater o ingresso de armas ilegais.

Temos, sim, de encontrar respostas para o massacre das crianças no Rio de Janeiro, para a banalização da violência, para as mídias que nos colocam entre os países em que mais se morre por arma de fogo; mas isso terá de ser feito por políticas públicas voltadas à segurança pública e pelo envolvimento consciente da sociedade nesse ideal de desarmamento e pela paz.

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO, advogado criminalista, mestre e doutor em direito penal pela USP, professor honoris causa da FMU, é presidente da OAB-SP (seccional paulista do Ordem dos Advogados do Brasil). Folha de São Paulo, abril de 2011

Apareço, logo existo! (RENATO NUNES BITTENCOURT)

Na sociedade atual, em que as imagens tomaram o lugar da reflexão e da interioridade, proliferam indivíduos indiferenciados e passivos, meros consumidores da aparente subjetividade alheia. O sucesso dos reality shows é a melhor expressão deste tempo



A PRESSA vertiginosa da neurótica e crônica falta de tempo do cidadão da sociedade hipermoderna, exclui dele o apreço pela reflexão e pelo exercício da consciência. Essa condição torna-o mais suscetível a sucumbir às forças envolventes da "cultura das imagens", potencializando ainda mais os seus efeitos alienantes na subjetividade humana. A transformação da vida social e da própria cultura em imagens espetaculares difundidas pelos meios de comunicação como forma de se obter o controle político sobre as massas foi denunciada criticamente por Guy Debord pelo conceito de "Sociedade do Espetáculo", que se caracteriza pela produção de uma falsa experiência da realidade, que não encontra nenhuma associação com a dinâmica da vida concreta na qual estamos inseridos cotidianamente.

O dispositivo espetacular próprio da sociedade contemporânea representa uma ruptura com o postulado da "metafísica da interioridade" (segundo o qual, o fundamento puro da verdade se encontra subjacente no âmago humano, e a noção de uma experiência racional da subjetividade, tal como realizada por Descartes nas suas Meditações Metafísicas). Para Descartes, podemos duvidar de todos os dados provenientes dos sentidos e mesmo de nossa existência corporal, mas não de nossa existência enquanto ser pensante, pois, uma vez que eu, enquanto sujeito, duvido, eu penso, pois a dúvida é um ato de pensamento. Ora, se eu penso, eu existo, pois para que alguma coisa pense, ela deve necessariamente existir. Mediante esta constatação evidente, o sujeito pode pronunciar o "penso, logo existo", afirmação que se instaura como a célebre fórmula *docogito* cartesiano, fundamento primordial para que possamos inferir a existência de tudo aquilo que percebemos na realidade circundante.

Quais são as certezas que podemos retirar da dúvida metódica empregada por Descartes? Que a realidade abstrata, subjetiva, é mais evidente e precisa do que a realidade concreta, material, pois a existência do mundo físico pode ser posta em dúvida, assim como a existência de nosso próprio corpo. A mente humana, contudo, é evidente por natureza, e se converte no ponto inicial para a instauração da verdade do mundo. O racionalismo cartesiano, sustentado pelo primado da subjetividade, é, portanto, um dos marcos do paradigma da Filosofia moderna. Porém, com o advento das grandes tecnologias da sociedade midiática, ocorre uma grande crise no fundamento da experiência da subjetividade, especialmente pelo estabelecimento da "Sociedade do Espetáculo".

Olhar espetacular

A difusão da televisão contribuiu intensamente para a formação dessa nova modalidade perceptiva que, entretanto, manifesta convergências valorativas com o antigo desejo curioso de se olhar aquilo que é privado e sensorialmente espetacular. Não há distinção entre os costumes antigos e os atuais: em ambos os casos, o ser humano aprisionado pela trama do espetáculo foi destituído de sua condição humana, sendo transformado em um objeto destinado a satisfazer o gosto popular pela visualização de imagens sedutoras, narcotizantes das capacidades reflexivas do ser humano. Guy Debord denuncia a ideologia da "Sociedade do Espetáculo", apontando como as nossas relações interpessoais, no mundo contemporâneo, adquiriram tonalidades baseadas no consumo simbólico de imagens: "Considerado de acordo com seu próprio termo, o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de que toda vida humana - isto é, social - é simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo o descreve como a negação visível da vida, como negação da vida que se tornou visível".¹

A expressão de ordem das relações sociais mediadas pela dimensão espetacular da vida é: "Apareço, logo existo". Trata-se da distorção do cogito cartesiano e do primado da subjetividade humana enquanto signo de uma metafísica da interioridade em favor de uma legitimação social da superficialidade. As instâncias sociais regidas pelo sistema espetacular são baseadas na contemplação passiva dos acontecimentos, em que os indivíduos, em vez de viverem autonomamente, olham avidamente as ações dos outros, por meio dos mais diversos dispositivos técnicos disponíveis. Para Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl, "O que nos diferencia hoje de outros períodos da modernidade é a espetacularização da imagem e seu efeito sobre a massa dos cidadãos indiferenciados, transformados em plateia ou em uma multidão de consumidores da aparente subjetividade alheia".²



O dispositivo espetacular cria o controle social pela sedução imagética da exposição alheia, suprimindo, todavia, a difícil relação intersubjetiva da alteridade; com efeito, a própria experiência da compreensão da subjetividade da figura do Outro se torna fragmentada a partir do mecanismo espetacular, como destacado por Guy Debord: "O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens".³ O ser humano se torna, assim, um simulacro imagético, desprovido de substancialidade e autonomia em sua vida cotidiana, direcionada apenas para o consumo de imagens sedutoras, que suprimem paulatinamente a noção de uma experiência interior inalienável. Na dimensão espetacular, vivemos sob a égide da moral da exterioridade, tudo deve ser visível. Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl argumentam que "dependemos do espetáculo para confirmarmos que existimos e para nos orientarmos em meio a nossos semelhantes, dos quais nos isolamos".⁴

Cada vez mais o sistema midiático da era tecnicista se caracteriza pela criação de gêneros de entretenimento de cunho majoritariamente alienante, servindo apenas para manter a consciência telespectadora preenchida do vazio intelectual e existencial de sua existência cotidiana. Isso ocorre pelo fato de que a disponibilização de programações de elevado refinamento cultural não é uma atividade muito conveniente para os propósitos meramente lucrativos das grandes redes de televisão, que preconizam, acima de tudo, manter a ordem medíocre vigente em nossa fragilizada cultura massificada. Trata-se de uma transposição contemporânea da política social do "Pão e Circo", que, em nossa contemporaneidade, se expressa em diversas configurações espetaculares, e uma delas se materializa no formato *reality show*. Entre todos há uma convergência tipológica evidente: o caráter de diversão espetacular, na qual as ações humanas se tornam um gênero de consumo para os olhos curiosos da multidão. Para Guy Debord, "sob todas as suas formas particulares - informação ou propaganda - publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o modelo atual de vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da essência já feita na produção, e o consumo que decorre dessa escolha"⁵



O *reality show*, que diverte sem exigir esforço intelectual, servindo para omitir o vazio existencial, é a versão contemporânea da política do "Pão e circo"

Reality shows

Dentre todos os aparatos próprios da exacerbação do olhar concernentes ao modelo de relações sociais mediadas pelo sistema espetacular, certamente o gênero de entretenimento do *reality show* se evidencia como a culminação por excelência desse dispositivo massificador, a partir da capacidade de realizar a máxima exposição da intimidade humana diante do olhar coletivo. O sistema técnico do *reality show* se utiliza do mecanismo visual da disposição espetacular, para que possa vir a exercer o seu efeito sedutor sobre a fragilizada subjetividade do espectador, ávido de conhecer os detalhes íntimos da vida dos protagonistas do programa, protagonistas que representam uma experiência desprovida de autêntica subjetividade psicológica ou realidade interior: não é um *sujeito* que participa de um *reality show*, mas um papel espetacular forjado em prol do consumo social de imagens. De acordo com Georges Balandier, "os espetáculos da realidade [*os reality shows*] introduzem no espaço televisivo privado acontecimentos que criaram emoções privadas, dramatizam e são arranjados segundo a lógica da ficção; buscam a intensidade

dando ao fictício a cobertura do real, levando os participantes implicados a imitar o ator para compartilhar o que viveram. As pessoas comuns que estão na imagem, promovidas a este lugar pela escolha do acontecimento no qual foram protagonistas, e as que estão diante da imagem contribuem juntas para essa mixagem. Coproduzem ficções 'realistas' que não se apresentam verdadeiramente como tais".⁶

A criação do *reality show* significa a degradação das capacidades de abstração da massa social, pois esta, de um modo geral, deixa de se esforçar intelectualmente para então vir a receber imagens belas editadas pelos técnicos dos aparatos televisivos. Conforme salienta Giovanni Sartori, "a televisão se destaca por uma coisa: é ao mesmo tempo entretenimento, distração e diversão".⁷ Uma palavra de ordem pertinente para tal perspectiva seria: "Uma imagem vale mais do que mil palavras". Pela manipulação da sensualidade proporcionada pela exibição da privacidade dos "corpos" participantes de um reality show, o sistema televisivo anestesia as "dores do mundo" dos telespectadores, prometendo-lhes novos prazeres compensadores, desde que eles vejam as imagens que o canal de televisão lhes doa de forma tão generosa.

A grande liberdade do homem espetacular consiste na capacidade de trocar continuamente de canal, caso um dado programa não satisfaça os seus apetites hedonistas. Porém, a sua mentalidade obturada não lhe permite ver que em verdade ele é a grande figura controlada, pois os seus minutos de prazer são rigorosamente utilizados pelos mantenedores do *reality show* e por programas banais similares, para que se estabeleça um grande nível de audiência. Desse modo, a fonte de lucro das corporações midiáticas nunca se encerra, perpetuando assim a estrutura de poder que impera pelo uso comercial da alienação pública.

O discurso ideológico subjacente ao tipo midiático do *reality show* pretende fazer dele uma espécie de representação da "vida como ela é", um recorte da dinâmica social transplantada para um local de confinamento, no qual indivíduos despersonalizados agem como atores diante do grande teatro do mundo hipermoderno da televisão. De certa maneira, esses indivíduos representam publicamente no *reality show* os caracteres da vida concreta, mas em sua expressão mais grosseira, pois o caráter competitivo dessa grande gincana *voyeurista* faz que cada participante faça todo tipo de maquinação para obter a sonhada vitória, isto é, o prêmio financeiro tão almejado destinado ao ganhador da disputa pela coroa da mediocridade. Em vez de promover a valorização da subjetividade humana, o mecanismo midiático do sistema televisivo estabelece uma moral secular marcada pelo culto de um modelo vulgar de exterioridade desprovida de qualquer densidade existencial, em que qualquer profundidade psicológica é considerada algo prejudicial para o alcance do bem-estar existencial, pois "pensar é cansativo", "pensar é perigoso".

O que vemos então no *reality show* midiático? O grande teatro do mundo de nossas relações humanas cada vez mais fragilizadas pela afirmação egoísta dos interesses pessoais e pela necessidade de satisfação dos interesses materialistas mais grosseiros em detrimento da colaboração individual no progresso pleno da esfera pública. Ao analisar esse mecanismo que representa a intimidade e a banalidade da vida individual para o olhar da coletividade, Guy Debord afirma: "A consciência espectadora, prisioneira de um universo achatado, limitado pela tela do espetáculo para trás da qual sua própria vida foi deportada, só conhece os interlocutores fictícios que a entretêm unicamente com sua mercadoria e com a política de sua mercadoria"⁸



A sociedade do espetáculo cria um controle social por meio da sedução que as imagens provocam. Em vez de viver autonomamente, os indivíduos observam as vidas expostas na TV



No Big Brother Brasil, a intimidade dos participantes é exposta, mas está desprovida de autêntica realidade interior. São papéis forjados para consumo da massa

A vida coletiva na era da exibição da intimidade pessoal faz que os indivíduos se apresentem como papéis a serem representados socialmente nas práticas corriqueiras do cotidiano. Entretanto, o fato de podermos visualizar de maneira mais intensa a intimidade das pessoas pelos aparatos técnicos, não significa

que estamos também mais próximo delas do ponto de vista afetivo. O acesso ao mundo íntimo das pessoas, na verdade, é um procedimento que aumenta ainda mais a distância entre os membros constituintes da coletividade social: "O espetáculo é materialmente a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem"⁹

Do momento em que vemos a maneira pela qual os indivíduos agem em suas respectivas intimidades, podemos, supostamente, vir a conhecê-los melhor? Vemos os comportamentos de um indivíduo pelas imagens televisivas não significa que obtemos uma fonte eficaz para a sua compreensão adequada, pois apenas vemos as atitudes tomadas pelo indivíduo que se tornou objeto de espetáculo, o aspecto superficial de sua existência, de modo algum as suas vivências íntimas. Para Gilles Lipovetsky, como o espaço público se esvazia emocionalmente por excesso de informações, de solicitações e de estímulos, o eu perde suas referências e sua unidade por excesso de atenção; o eu se tornou um conjunto "imbecil".¹⁰

Aparatos midiáticos

A transformação da nossa intimidade em objeto espetacular mediante o uso dos aparatos midiáticos mantém a distância de nossa individualidade com o mundo exterior, pois esse processo não ocorre de modo verdadeiramente interativo. O que ocorre, na verdade, é um esvaziamento das relações humanas, pois a ânsia de ver o comportamento íntimo do outro pela captação das imagens retira dessa pessoa observada a condição simbólica de ser humano, tornando-a como uma espécie de coisa consumível e descartável, cuja serventia maior é a de fornecer entretenimento para a anônima coletividade social, que projeta os seus próprios valores particulares nas pessoas monitoradas pelas câmeras televisivas, esperando que elas atuem de acordo com os critérios estabelecidos externamente. Vemos assim o caráter normativo presente na experiência espetacular, não obstante a atmosfera de entretenimento e gozo que ela pretende transmitir publicamente; entretanto, a melhor maneira de se exercer o controle sobre a coletividade social é por sua sedução existencial pelo fluxo contínuo de imagens espetaculares.

A pessoa que se torna uma coisa observável, mesmo adquirindo uma identidade forjada pelos operadores midiáticos, não é capaz de transcender esse jogo espetacular que o aliena de sua própria condição humana, marcada por uma série de qualidades intrínsecas e pessoais que uma mera observação mediada pelo aparato televisivo jamais possibilita uma real compreensão: "O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real".¹¹

O paradoxo da ideologia televisiva do olhar, segundo Baudrillard, "é que quando tudo se dá a ver, não há nada mais para se ver, pois ocorre a vulgarização humana da própria pessoa".¹² O indivíduo transformado em espetáculo recebe do sistema midiático um conjunto de estereótipos, cuja finalidade consiste em motivar na massa receptora de informações uma relação artificial de identificação, facilmente dissolúvel, quando o indivíduo espetacular não corresponde aos padrões dos telespectadores/consumidores de imagens. O modelo midiático dos programas de reality show representa uma espécie de voyeurismo consentido, pois os participantes dessa atividade são continuamente observados pelo olhar público mediado pelo aparelho de televisão.



A superexposição da vida não garante uma proximidade afetiva. O espetáculo, ao contrário, é a expressão do afastamento entre os homens

Gilles Lipovetsky afirma que a finalidade do espetáculo consiste em transformar o real em representação falsa, ampliando a esfera da alienação e da desapropriação do poder de pensamento crítico da massa social.¹³ O sistema das imagens, tal como operado convencionalmente pelo sistema midiático corporativista, por si só não consegue proporcionar ao indivíduo a sua formação efetivamente questionadora. Para tanto, é necessário que haja a associação entre as imagens e os conceitos. Porém, a estrutura normativa midiática não se preocupa em problematizar os conceitos, as abstrações teóricas, pois tais elementos exigem concentração e esforço mental da parte dos indivíduos.

Qual o preço a ser pago pela obtenção da fugidia ascensão social pelo sucesso midiático? A coisificação do homem, que se submete a situações degradantes para conquistar o ansiado sucesso publicitário, e assim "sobreviver" no percurso desse programa. Cabe ressaltar que não é uma vida árdua a seguida no período de confinamento voluntário dentro da grande casa vigiada pelas câmeras secularizadas do *reality show*, pois o fomento do programa fornece o conforto material para que as "estrelas hipermodernas" da sociedade imagética possam revelar as suas "qualidades" mais profundas: a futilidade, a deslealdade, a mesquinha, o ciúme, a inveja, a cobiça e o narcisismo, os sete grandes pecados capitais da sociedade midiática glorificada pelo *reality show*.

O paradoxo da estrutura espetacular

A **experiência espetacular** não é um fenômeno recente na cultura ocidental. Na era romana, os embates entre os gladiadores serviam de repasto para a excitação do povo. Nas práticas inquisitórias cristãs, os hereges eram executados em dias festivos para o regalo das turbas. A relação da civilização cristã com a estrutura espetacular era paradoxal: ao mesmo tempo em que ocorriam as execuções públicas dos condenados, como forma de se manter a dominação das massas pelo temor, a teologia cristã denominava como concupiscência do olhar a curiosidade humana, disposição de fazer uso inadequado daquele que era considerado o sentido mais elevado: a visão. A disposição espetacular despertada pela cobiça do olhar curioso evidenciava que a delimitação estabelecida pela moral cristã entre o pecado e a pureza era tênue. O que poderia ser visto e o que era interdito? O pudor moral impunha o recato visual aos indivíduos; a visualização das belas formas corporais, atidoras da lascívia, deveria ser evitada, pois o ser humano trazia em sua alma o gérmen do pecado, e todo estímulo sensorial capaz de promover sua imersão na luxúria deveria ser eliminado de sua vida. Quando menos se vê, menos se sentem as erupções dos desejos na alma.



Renato Nunes Bittencourt é doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ, professor do curso de Comunicação Social da Faculdade CCAA e da Faculdade Flama e membro do Grupo de Pesquisa Spinoza & Nietzsche

1. DEBORD, A Sociedade do Espetáculo, p. 16.
2. BUCCI & KEHL, Videologias, p. 66.
3. DEBORD, A Sociedade do Espetáculo, p. 14.
4. BUCCI & KEHL, Videologias, p. 50.
5. DEBORD, A Sociedade do Espetáculo, p. 14-15
6. BALANDIER, O Dédalo, p. 140.
7. SARTORI, Homo Videns, p. 49.
8. DEBORD, A Sociedade do Espetáculo, p. 140.
9. DEBORD, A Sociedade do Espetáculo, p. 138.
10. LIPOVETSKY, A Era do Vazio, p. 37.
11. DEBORD, A Sociedade do Espetáculo, p. 138.
12. BAUDRILLARD, Telemorfose, p. 20.
13. LIPOVETSKY, A Era do Vazio, p. 2.

Referências

BALANDIER, Georges. O Dédalo: para finalizar o séc. XX. Trad. de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
BAUDRILLARD, Jean. **Telemorfose**. Trad. de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
BUCCI, Eugeônio & KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2009. DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo - Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo**. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Trad. de Theresinha Monteiro Deutsch. Barueri: Manole, 2005. SARTORI, Giovanni. **Homo Videns - Televisão e pós-pensamento**. Trad. de Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2001.
Revista Filosofia, abril de 2011.

Ética (ARTHUR MEUCCI)

Ética dentro da escola. Fui convidado para uma reunião pedagógica em uma escola de ensino fundamental e médio na qual a direção e os coordenadores trouxeram para a pauta o comportamento dos alunos nas dependências do colégio.

Fui convidado para uma reunião pedagógica em uma escola de ensino fundamental e médio na qual a direção e os coordenadores trouxeram para a pauta o comportamento dos alunos nas dependências do colégio. Como exigir uma postura ética do aluno na escola?

Houve argumentos bem interessantes por parte dos educadores, porém, ao término, todos saíram sem uma resposta clara e com a sensação de que algum fato importante foi deixado de lado. Como filósofo, passei a semana refletindo sobre o assunto e acabei chegando a uma pergunta elementar: ser aluno do ensino infantil, fundamental ou médio pode ser inscrito no campo da Ética? Se a Ética é o estudo das ações humanas, e sendo as ações de cada homem singulares, pensamentos que cada sujeito faz de sua própria conduta - fenômeno denominado por muitos filósofos como reflexão moral - cabe então refletir se a presença

do aluno na escola faz parte de uma deliberação moral. Para que uma ação se inscreva no campo da moral, ela precisa ser pessoal e livre, ou seja, uma ação autônoma que poderia ser realizada pelo agente sem um impedimento dimento ou ameaça. Ir ou não para a escola, eis a questão tipicamente moral.

Ao analisarmos o fato, constatamos que esses estudantes são obrigados pelos pais e pelo Estado a irem para a escola. Logo, não podendo escolher sobre sua presença na escola, a ação não se inscreve na reflexão moral e, conseqüentemente, se inscreve no campo da Ética. O aluno é coagido, não possuindo liberdade para escolher de forma diferente. Constatada a não obrigatoriedade do aluno em sua permanência na escola e com isso a impossibilidade de lhe cobrar uma postura ética diante dela, nos perguntamos se há um problema ético quando o aluno não estuda, desrespeitando a autoridade do professor, ou quando o aluno não respeita os colegas e demais funcionários da escola.

Analisemos então o papel do estudo no contexto da instituição escolar: por que o Estado nos obriga a ler, escrever, somar, diferenciar os seres vivos, entender os elementos que constituem o mundo, analisar a sociedade e sua história ou mesmo pensar sobre a própria existência? Quais são os seus reais interesses? A resposta oferecida pelo Ministério da Educação é simples e objetiva: formar agentes cidadãos que contribuam para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade.

Como bem nos instrui o pensamento ético de Kant, é um dever de ordem ética que os homens busquem o conhecimento e contribuam para o bem-estar e desenvolvimento social. Por esse motivo, é dever de todo aluno estudar as matérias oferecidas pela escola que contribuam para sua formação como cidadão e aceitar o professor como agente social competente e legítimo a quem foi destinada esta tarefa longa e difícil.

Os alunos são seres humanos que desfrutam dos benefícios e segurança oferecidos pelo desenvolvimento e coesão social. São herdeiros de inúmeras gerações que estudaram, pensaram, trabalharam e lutaram muito para que eles obtivessem Educação, Saúde, direitos iguais, possibilidade de participação política, transporte, tecnologias para produção e conservação de alimentos, aparelhos eletrônicos que facilitam ou divertem a vida, entre outros inúmeros benefícios. Os que não querem viver fora da sociedade devem respeitar seus mestres e os conhecimentos que lhes são oferecidos e se esforçar para tornar seu entorno melhor do que receberam. Graças a essa orientação moral, presente entre os homens ao longo da história, conseguimos "deixar a caverna" e evoluir.

Esclarecido o dever referente aos estudos, cabe refletir se o aluno, forçado a ir para escola, deve respeitar os seus colegas de sala e os funcionários que trabalham nessa instituição. Discussão ética pertinente, afinal, o aluno não escolheu seus companheiros de classe e nem os trabalhadores da escola. Poderia ele ignorar seus valores éticos e lhes faltar com respeito?

Novamente chamamos Immanuel Kant para nos prestar auxílio. O que aconteceria se todos os homens, ao mesmo tempo, faltassem com o respeito pelo outro? Certamente se instauraria um ambiente de contenda, comprometendo assim a vida em sociedade. Situação de perigo e insegurança que os alunos normais não desejam. Constatando o perigo da generalização de sua falta de respeito pelo próximo, e sua capacidade de sofrer com as próprias ações, não é permitido ao aluno desrespeitar outro aluno. A escola não foi feita para ser descontraída e sua importância na formação de cidadãos requer esforços e situações de desconforto.

Sobre os funcionários da escola, vale o princípio da universalidade do respeito anteriormente citado. O problema em se fazer essa correlação é que os alunos compartilham a visão recebida dos pais de que o funcionário não é um sujeito igual a eles e sim um objeto, um instrumento. Alguém que é pago para obedecer e saciar seus caprichos. Isso é um mal moderno gerado pela desorientação ética familiar. Nesses casos, é preciso lembrar alunos e familiares sobre o Princípio da Dignidade Humana, em outras palavras, sobre o dever de tratar outro ser humano como fim em si mesmo, não como objeto ou instrumento de apetites alheios. Resgatar a consciência de que a condição econômica e social não faz ninguém melhor do que o outro. Que o bedel, o faxineiro, a moça da cantina são empregados e não escravos, que todos eles são pessoas que possuem sentimentos.

Enfim, toda vez que buscamos uma orientação ética para o aluno na escola iremos falhar. Afinal, ele não deliberou estar nesse ambiente, ao contrário da faculdade, por exemplo. Porém, isso não o exime das responsabilidades que possui com seus estudos e com os demais agentes escolares. Tudo o que escrevi é de notório saber, porém, os responsáveis pelos processos de educação raramente se lembram desses conhecimentos éticos quando precisam.



Arthur Meucci é Mestre em Filosofia pela USP e membro da Associação Filosófica Scientiae Studia. Professor Conferencista de Ética da ECA/USP, de Ética e Negócios da Unip e do Colégio Bom Jesus. É consultor do Espaço Ética. www.meucci.com. Revista Filosofia, abril de 2011.

Olho Grego (RENATO JANINE RIBEIRO)

A Igreja Católica e o sexo



Quando se aproxima o carnaval e surgem campanhas em favor do sexo seguro, algumas delas promovidas com dinheiro público, é comum se reabrir uma discussão entre a Igreja Católica e vários setores da sociedade, em torno, justamente, da sexualidade. Isso vai muito além do preservativo. Lembram quando o cardeal do Rio de Janeiro impediu Joãozinho Trinta de colocar o Cristo Redentor no desfile de sua escola de samba? Irrompeu um tremendo debate para saber se a grande escultura, construída e mantida com dinheiro público, era um símbolo da cidade e mesmo do País, ou se devia ser tutelada por uma confissão religiosa.

Mas vamos à questão da sexualidade. Mesmo quem discorda da Igreja deve começar se esforçando por entender suas razões. Sem isso, cairíamos na tentação fácil de culpá-la pelas mortes por aids ou por doenças sexualmente transmissíveis. Pior que isso: não compreenderíamos o que é importante na mensagem católica ou, conforme o caso, religiosa sobre a vida, o amor, o sexo.

É verdade que a Igreja desaprova as campanhas que recomendam o sexo seguro. Mas isso porque ela considera, na melhor das hipóteses, que são apenas paliativas. Na pior, agravariam o mal que pretendem curar. Por quê? Os spots ou propagandas que recomendam que, no ato sexual com um estranho, se use um preservativo, partem do princípio de que tais atos vão mesmo ocorrer; então, melhor evitar que pessoas morram ou mulheres fiquem grávidas por algo que não se pode impedir. Ora, é justamente disso que a Igreja discorda.

Os pensadores da Igreja entendem que o problema não é apenas salvar a vida: é dar-lhe um significado que ultrapassa a vida neste mundo. Os cristãos creem, como outras religiões, na alma imortal. Tudo deve ser feito para que essa alma se salve ou, se preferirmos, se aprimore. Um ato sexual praticado somente para a satisfação do corpo não estaria nesse roteiro. Portanto, dizer às pessoas e especialmente aos jovens que o único cuidado a tomar é evitar o contágio de doenças e a gravidez significaria banalizar o significado do sexo. Significaria endossar o sexo sem significação maior.

A carne. Ou falemos em carne, em vez de sexo. "Carne", no pensamento cristão (e ressalvo que ele é muito diversificado, portanto estou sugerindo uma simplificação), é o que diz respeito a este mundo. Nossa vida nele é transitória. A rigor, aliás, ele é apenas um teste para um futuro sem fim. O que fizemos ou deixarmos de fazer aqui determinará nossa eternidade - resumindo, se vamos para o céu ou o inferno.

Na verdade, céu e inferno não são lugares. O céu não é cheio de nuvens nem o inferno, de caldeirões de chumbo derretido. O céu é onde temos a visão beatífica, a visão de Deus, onde não sentimos falta de nada. O inferno é onde não temos nenhuma esperança. Isso resume o seu horror. E nada do que fizemos depois da morte mudará nossa destinação. A vida aqui na terra é curta, mas é ela que define o Além, o *after-life*, a vida eterna.

Daí, claro, que o sexo sem amor seja a vitória da carne sobre o espírito da transcendência: a carne como fim em si não é capaz de superar este mundo. E talvez a lição da Igreja seja boa - até para os ateus - ao lembrar a importância do amor, do carinho pelo outro, em suma, tudo o que ultrapassa o simples desejo de usar o corpo do parceiro para ter prazer. Acredito que isso seja importante.

Mas surgem problemas. São basicamente dois.

O prazer do sexo. O que a Igreja confronta é um mundo em que o sexo é brincadeira, jogo, prazer, sensação - sem necessariamente envolver sentimentos. Ora, o sexo é, sim, brincadeira. E nossa sociedade aceita cada vez mais que seja assim, em especial para solteiros e descasados. Lembro Roberto Carlos: "a segunda melhor coisa da vida é sexo sem amor" (sendo a primeira: sexo com amor).

O que a Igreja pode querer é que o sexo envolva sentimentos. Pode reacear que seja banalizado e que asfixie o amor. Segundo Flavio Gikovate, o sexo é essencialmente egoísta e o amor, altruísta. Educar a sexualidade pode ser legítimo e aqui a Igreja poderia ter um papel importante.

Poderia. O problema é que ela permanece mais ligada ao sacramento do que à realidade. O Vaticano não aceita o divórcio - que, hoje, não é mais necessariamente a dissolução de um casamento, mas sim a construção de um novo, que possa ser mais sólido. Se as religiões mais austeras pregassem o sexo com amor, valorizando o conteúdo e não a formalidade, sua lição teria mais sentido. Já defender o casamento indissolúvel só porque o dogma assim reza me parece contraditório. Porque, no fundo, o divórcio é uma crença no casamento, não uma descrença.

A Igreja encarnada. O segundo problema é que, desde a aliança da Igreja com o Império Romano, o cristianismo passou a fazer parte do mundo da carne. Com plebeias exceções, aderiu aos poderes deste mundo. A nobreza e o clero se beneficiaram de mais de 15 séculos de opressão sobre os pobres. Daí que, no século XX, tenha surgido a Teologia da Libertação, protestando contra os "príncipes da Igreja", contra sua aliança com a opressão, a ganância, em suma, contra a traição ao espírito de Cristo.

Como lidar então com a carne? Dá para condená-la quando se trata de sexo - que dá prazer e geralmente não faz mal - e ser seu cúmplice quando se trata do poder? Questão complicada. Até porque, não há uma resposta única. Se o presidente do Paraguai engravidou várias mulheres enquanto ainda era bispo, nada tenho a elogiar nesse discípulo da Teologia da Libertação. Mas se Leonardo Boff escolheu uma companheira para amar, nada tenho a criticar nesse grande pregador da mesma Teologia.



RENATO JANINE RIBEIRO é professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP) www.renatojanine.pro.br - Revista Filosofia, abril de 2011.

Lucas Rocha